

SESSÕES DO PLENÁRIO

43ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de maio de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR (Primeiro-Secretário)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59).

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberto a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 38ª e 39ª, realizadas, respectivamente, em 14 e 20 de maio de 2025; e das sessões especiais: 17ª, 18ª e 19ª, realizadas, respectivamente, em 16, 19 e 22 de maio de 2025.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Dr. Diego Castro comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente das Sessões por um período de 10 dias a partir de 06/05/2025, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, deputado Samuel Junior, quero saudar os defensores da Justiça que estão aqui pela aprovação do PCCV, o PL nº 25.491/2024. Quero dizer para vocês que o nosso partido já está de mãos dadas pela aprovação, só depende da sensibilidade do governo em botar em pauta, só depende disso.

Sr. Presidente, eu tenho vários assuntos aqui e gostaria da compreensão, do entendimento de V. Ex.^a. Primeiro, eu queria deixar registrado que apresentei ontem, nesta Casa, uma Moção de Aplausos pelos 145 anos de emancipação política da cidade de Santo Antônio de Jesus que, inclusive, está em festa desde ontem, e continua hoje e amanhã.

Como este deputado tem a sua representatividade naquela cidade, nós temos uma vereadora, a Tia Adriana, que tem feito um excelente trabalho, apoiando o prefeito Genival. Nós já colocamos ambulância para aquele município – inclusive, ainda neste mês, essa cidade recebeu essa ambulância deste deputado –, uma UBS e outros investimentos, graças às nossas emendas parlamentares.

Eu não poderia deixar de apresentar esta moção e parabenizar a cidade de Santo Antônio de Jesus. Que seja dada ciência dessa moção ao prefeito da cidade, Genival Deolino Souza e à Câmara de Vereadores, nas pessoas do presidente da casa, o edil Caíque Pires Barbosa, e da nossa vereadora Tia Adriana Nogueira Oliveira de Carvalho.

Eu apresentei essa moção, e quero, mais uma vez, parabenizar todos os habitantes da cidade de Santo Antônio de Jesus. Uma cidade importante para o cenário do crescimento e do desenvolvimento da nossa Bahia, uma cidade que tem história, tanto na questão econômica como na questão cultural.

Parabéns, Santo Antônio de Jesus!

A outra moção que eu apresentei foi de aplausos à cidade de Barreiras, que também completa 134 anos de emancipação política. Essa moção vai chegar ao prefeito da cidade, o Sr. Otoniel Nascimento Teixeira, e à nossa vereadora Silma Rocha, que é do nosso Partido Republicanos.

Parabéns a todas as famílias e à população de Barreiras.

Sr. Presidente, ontem, nós tivemos nesta Casa uma audiência pública sobre o Planserv, audiência essa a que ninguém do Planserv compareceu, ninguém que representa a Saeb compareceu. Em outras palavras, resumindo: ninguém da Base do Governo apareceu, com a exceção do líder do Governo, Rosemberg Pinto, que estava lá, claro. Rosemberg Pinto representa aqui a bancada governista, deputado Euclides Fernandes, V. Ex.^a também estava lá, dando total apoio.

Eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, porque o nosso Regimento Interno diz, no art. 52: (Lê) *“Por proposta de qualquer Deputado, aprovada por 2/3 (dois terços) dos seus membros, as Comissões poderão convocar ou convidar qualquer preposto da Administração centralizada ou descentralizada do Estado, para debater assunto de sua competência, bem assim promover o deslocamento de seus membros às diversas regiões do Estado para estudo de sua problemática.”*

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso está no Regimento, e esta Casa, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir, com a tolerância de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O tempo no Pequeno Expediente é de 5 minutos, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Eu sei, V. Ex.^a. Nós estamos de Regimento para Regimento. Eu estou falando do Regimento e da audiência pública, e esta Casa não foi respeitada pelos órgãos do governo do estado, Sr. Presidente. Isso é grave!

Como é que um deputado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Comissão de Saúde desta Casa aprovou o requerimento da audiência pública, mandamos os convites, mas não apareceu ninguém, Sr. Presidente. Isso não existe!

Esse documento vai chegar às mãos da nossa presidente, a deputada Ivana Bastos, porque é um desrespeito à Comissão de Saúde desta Casa; é um desrespeito à presidente desta Casa e aos demais deputados. Nem sequer mandaram uma carta! Mas era para terem mandado um representante!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O discurso de V. Ex.^a...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, com a sua tolerância, agora para concluir, nós estamos tratando de um assunto tão sério! E, hoje, está aqui, no jornal: (lê) *“Idosa morre após entraves do Planserv.”* Idosa morre! Quer dizer, nós não estávamos ali para fazer politicagem, não; nós estávamos ali para ouvir o porquê de o Planserv estar nessa situação!

Para concluir, Sr. Presidente, antes do próximo orador, eu queria que V. Ex.^a permitisse 1 minuto de silêncio, 1 minuto de silêncio, por respeito à família da D. Maria Luiza Sacramento Perdiz, que faleceu por negligência do Planserv.

Um minuto de silêncio, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a será atendido, deputado.

Convido os senhores a ficarem de pé, e peço à técnica para marcar 1 minuto de silêncio, por solicitação do deputado José de Arimateia.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Obrigado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Arimateia, só uma pequena observação, se é que eu entendi bem o discurso de V. Ex.^a em relação ao Planserv. Eu acho que nem V. Ex.^a e nem ninguém aqui, nesta Casa, tem dúvida do meu lado político. Eu não estou aqui para defender, principalmente num caso tão sério como o do Planserv, que é um plano que atende aos funcionários públicos do estado... Mas o que V. Ex.^{as} aprovaram na comissão foi a audiência pública e fizeram o convite. Então, a Casa não foi desrespeitada porque vocês não aprovaram a convocação. Então, eu sugiro a V. Ex.^a que leve o assunto para a Comissão de Saúde. Caso a comissão aprove a convocação do secretário e o secretário não venha para a audiência, aí, sim, é que eles passarão a estar desrespeitando.

Agora, no caso de um convite, a gente vai se quiser. Por exemplo, eu mesmo estou aguardando um convite de Armando me levar para a casa dele para comer uma picanha assada. Aí, eu vou avaliar se vou ou não. Agora, se ele me convocar já é diferente. Convite, você vai se quiser.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Hilton Coelho. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente e demais deputados e deputadas. Registrar, mais uma vez, a presença aqui dos trabalhadores do Judiciário, tomando a nossa galeria.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É muito importante que isso aconteça, sobretudo na esteira da pergunta que não quer calar: onde está o Projeto de Lei nº 25.491/2024, o PCCV do Judiciário? Tudo que não poderia acontecer nesse processo de mobilização está acontecendo, me parece.

Nós iniciamos o processo de disputa pela aprovação do PCCV, entendendo que seria uma aprovação natural a partir da ideia de que existe autonomia entre os poderes, existe orçamento próprio do Judiciário, e isso seria respeitado. E foi a sinalização que a presidente do próprio TJ deu por várias vezes à categoria, com algum nível de resposta do governo do estado, portanto, da sua base aqui, nesta Casa.

Pasmem, os últimos acontecimentos levam, a meu ver, a um desrespeito completo, pela própria presidência do TJ, a essa lógica de afirmação de autonomia do Judiciário. Porque existe uma sinalização de corte do ponto da categoria, que só

quer que a Constituição seja respeitada. Se tem Constituição neste país, se ela marca a autonomia entre os poderes, se isso passa pela autonomia orçamentária, não deve existir questionamento em relação à aprovação do PCCV, já que ele veio para cá como um projeto do TJ. É inadmissível! E, agora, essa sinalização, a meu ver, é uma posição de repressão ao movimento.

Então, acho que a situação é muito grave, porque a greve está forte. Nós já estamos há muitos dias com a população sem direito à justiça neste estado por responsabilidade das autoridades, não da categoria. A categoria fez o seu papel, que foi, depois de muitos anos de luta, o de apresentar um plano, que foi uma coisa fechada, que não repõe todas as perdas, que repõe parcialmente, e veio, uma vez caracterizada a incerteza, fazer a disputa.

A meu ver, é inaceitável a posição dos Três Poderes em relação ao PCCV, a novidade do corte do ponto e também a posição da OAB. Eu quero dizer aqui que a posição da OAB de confrontar a categoria é equivocada, porque se não tiver qualidade do Judiciário, os chamados operadores do Direito também vão ter um Judiciário precarizado para funcionar. Portanto, isso não deveria ser uma luta para ter a contraposição, mas, sim, o apoio da OAB!

Podem contar com o nosso mandato da resistência! Nós queremos ver essa situação terminar em bom termo, que é a aprovação do PCCV da maneira mais imediata possível.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de marcar aqui que ontem foi dada entrada na Casa, na Comissão de Ética, de uma representação, pedindo a cassação do nosso mandato, feita por 15 vereadores da Câmara de Salvador. Dentre eles, as principais referências da bancada de governo, a própria liderança do governo municipal veio a esta Casa; e alguns deputados que são da mesma base, da base carlista e bolsonarista.

Isso, a meu ver, é um sinal claro do próprio prefeito Bruno Reis, que não tem a coragem de vir a público há quase 1 mês. Ou melhor, até ontem não tinha a coragem de vir a público e falar sobre esta cidade, especialmente sobre a greve dos servidores e a greve em defesa da educação do município de Salvador. E ainda trouxe um conteúdo que, para mim, é lastimável.

Eu estou estupefato porque todo o processo de mobilização até agora teve o sentido de garantia do pagamento do piso nacional do magistério em Salvador. O prefeito conseguiu aprovar uma lei que simplesmente não respeita o piso e rasga o plano de carreira da educação no município de Salvador. Isso é um crime para as novas gerações!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, só para concluir.

Isso é um crime! Isso precisa ser feito! Não é possível que nós tenhamos toda a sociedade falando em defesa da educação, que essa luta tenha ganhado uma dimensão inclusive nacional, com diversas personalidades, organizações e

instituições se pronunciando em defesa da educação de Salvador, e o prefeito ache, com a sua bancada carlista e bolsonarista, que pode...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aprovar um projeto que rasga todas as conquistas...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) principais da educação de Salvador do ponto de vista da carreira dos seus profissionais.

Eu quero concluir dizendo que não temos qualquer receio, nem dos bolsonaristas e carlistas de lá, muito menos dos daqui. Certo? Enfrentaremos esse processo de cabeça erguida.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sabemos qual foi o nosso papel nesse processo de acompanhamento do movimento e sabemos que nós vamos ser sustentados...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton Coelho!

O Sr. HILTON COELHO: (...) pelo movimento social e que nós sairemos vitoriosos. Não nos cassarão, muito menos nos calarão!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Hilton Coelho, V. Ex.^a sabe do carinho e respeito que eu tenho por V. Ex.^a, por sua luta, e acho que por todos que aqui chegaram. Inclusive, está ali um dos nossos decanos, deputado Euclides Fernandes, que com seus mandatos de vereador na cidade de Jequié e aqui, nesta Casa, já são 10 mandatos. Só acho, deputado Hilton Coelho, que V. Ex.^a querer colocar a culpa em deputados bolsonaristas... não sei se foi porque quando viu o deputado Diego Castro... ou deputado lulista ou deputado dilmista...

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu acho que todos nós somos responsáveis por aquilo que falamos ou fazemos. Se V. Ex.^a não tem culpa, não tem por que V. Ex.^a ser condenado. Agora, se V. Ex.^a tem alguma culpa, a culpa não está no bolsonarista, não, está no erro cometido por V. Ex.^a, se é que V. Ex.^a o fez.

Eu disse a V. Ex.^a ontem e digo hoje, aqui, publicamente: se eu fosse o presidente desta Casa o que fizeram ontem aqui, no Plenário, não seria feito. Não quero desrespeitar a deputada Ivana... Vocês podem dar a vaia que vocês quiserem, toda e qualquer manifestação precisa ser respeitada, principalmente pelo Parlamento. Agora, o Plenário é inviolável. E o que vocês fizeram, no dia de ontem, foi violar o Plenário. Então, vocês desrespeitaram o Plenário. A Casa é do povo, deputado Euclides, e é do povo. Agora, aqui dentro é a representatividade do povo. Se vocês escolheram os deputados de vocês erradamente, ou se vocês votaram em alguém que não foi eleito, vocês precisam respeitar quem foi eleito. E nós, como deputados, não vamos aceitar sermos desrespeitados por nenhuma categoria.

(As galerias se manifestam com palmas.)

A luta de vocês, a luta de vocês, a luta de vocês é legítima. Desde o primeiro momento vocês já me ouviram dizer que, como parlamentar, apoio a luta de vocês.

Em reunião da Bancada da Oposição nós já manifestamos que estamos do lado de vocês, estamos para ajudar. Agora, como primeiro-secretário desta Casa, eu não aceito que o Plenário da Casa seja desrespeitado. Vocês podem ocupar qualquer espaço desta Casa, e eu acho que é uma responsabilidade nossa. Se vocês, inclusive, quiserem acampar aqui, a gente dá banheiro a vocês, dá comida a vocês, dá água a vocês. Agora, aqui, no Plenário, não!

Então, o que vocês fizeram no dia de ontem... Muito pelo contrário, eu acho que já há deputados pensando, refletindo em não mais estar do lado de vocês pela falta de respeito que vocês manifestaram. Então, eu acho que isso nós não podemos aceitar, como parlamentares. Discussão, ela é válida; reclamação, ela é válida; manifestação é válida; a greve que vocês estão fazendo, desde que se enquadre num regime de greve, ela é válida. Agora, desrespeitar qualquer Parlamento, isso a gente não pode aceitar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Hilton Coelho, há um orador na tribuna. Assim que o orador concluir eu darei a questão de ordem a V. Ex.^a.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, avise ao deputado que aqui ainda não é Cuba, não. Só ele fala!

Vamos lá. Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos que estão aqui presentes. Deputado do Psol, o partido comunista aqui está acostumado com isso: balbúrdia, baderna, desordem, quebra de vidraça. É isso que os movimentos ligados a ele fazem. Não se contentam quando se toma qualquer postura de colocar ordem porque esse povo aí é o povo que pugna pela anarquia!

E jogar a culpa, deputado, nos bolsonaristas... Quem está atrasando... Vamos lá! Qual foi o presidente que criou o maior piso nacional da história para professores? Quem criou o maior aumento? Foi Jair Bolsonaro! Vocês não estiveram lá para apoiar essa medida, muito pelo contrário, criticaram.

E não venham generalizar aqui, botar professores falando em nome de sindicato, porque o sindicato deixou de representar a classe há muito tempo, essa é a verdade! Porque falam da prefeitura, do Bruno Reis, mas celebraram quando o governo do estado deu um aumento menor que a prefeitura. Agora, colocam o rabo entre as pernas. Está na cara que é hipocrisia dessa gente.

E vamos lá! Os comunistas querem implantar uma grande obra social, segundo eles, para ficar como marca desse governo do PT na Bahia, que é o famigerado Projeto de Lei nº 25.771, de autoria da deputada, que não está aqui, Olívia Santana, que eu apelidei de “bolsa família do crime”, porque, sim, é um projeto que beneficia a vagabundagem e em nenhum momento prestigia o cidadão de bem.

A deputada saiu se vitimizando nas redes sociais, dizendo que era mentira de minha parte, que eu estou alimentando mentiras, *fake news* e uma rede de ódio. Mas vamos lá: o que diz o § 1º, do art. 1º desse projeto? Que se trata do apoio à vítima atingida, independentemente do desfecho da ocorrência. Ou seja, não interessa saber o que aconteceu, o vagabundo vai ter que ter direito a esse benefício, que pode chegar até a R\$ 9 mil.

Pasme, você, benefício esse que sai do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, que era para estar indo para os mais necessitados, para o trabalhador de bem, honesto, e aqui está procurando prestigiar marginal e família de marginal, porque em nenhum momento esse projeto fala que será beneficiado o cidadão atingido por arma de fogo decorrente de disparo do criminoso.

É mais uma tentativa de censurar, de criminalizar e de hostilizar a atividade policial na Bahia. Como é que um estado desse vai dar certo? Perguntem a mim, com uma linha de governo e uma linha ideológica que se está retirando do Plenário, que não gosta de ouvir a verdade, que prestigia a criminalidade, como vamos dar certo?

E mais, não para por aí, não, a desgraceira. Fala-se aqui em concessão do benefício de forma cautelar. O que é isso? Independentemente do resultado, da apuração, se houver uma probabilidade e for dado entrada – olhe que absurdo –, antes mesmo de se achar o culpado, a família já goza do benefício.

Por isso que não tem outro nome a dar a isso aqui a não ser “bolsa família do crime”, uma bolsa para vagabundo! É isso, sim, “bolsa do crime” essa do PT e do PCdoB, que só sabem fazer isso em matéria de direitos humanos: dar colher de chá, passar a mão na cabeça de bandido e de criminoso.

Eu pergunto a vocês: como é que fica, de acordo com esse projeto aqui, a família da jovem dentista que foi morta na Avenida Paralela? Ela vai receber algum benefício decorrente do disparo do criminoso? Segundo esse projeto aqui, não vai. Como é que fica a família desse jovem negro, pobre, da periferia que foi arremessado de um viaduto por um marginal com requinte de crueldade, que não teve nenhuma nota de repúdio...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Com sua tolerância, presidente, para concluir.

E não teve nenhuma nota de repúdio desses deputados comunistas, nem da esquerda e nem do movimento negro!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Hoje, o presidente não está dando muita tolerância, não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Não gozam de benefício nenhum. E como é que fica a família do jovem Wallace, que, inclusive, está presente aqui, na galeria, hoje?

(As galerias se manifestam com palmas.)

Um jovem trabalhador que foi assassinado. Era motorista por aplicativo. Por não conseguir entregar o carro a um desgraçado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que, graças a Deus, hoje foi para debaixo de sete palmos...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) por uma belíssima ação da polícia... Como é que fica essa família? Essa família não vai receber benefício nenhum! E ainda está correndo atrás para o estado fazer o dever dele, que é concluir a persecução penal e achar e prender os culpados.

Agora, hipoteticamente – eu concluo agora, presidente –, vamos lá, se na hora do acontecido com o jovem Wallace, quando o desgraçado que tirou a vida dele fosse atirar, aparecesse a guarnição da polícia e, além do Wallace ter sido vitimado, o vagabundo também viesse a óbito ali, adivinha qual família receberia essa desgraça – porque é verdade – desse benefício? A família do criminoso. E a de Wallace não receberia nada.

Como é que eu não posso dizer que esse projeto de Olívia Santana é a "bolsa família do crime"?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: O PT não vai estar mais dando atestado de...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Seu tempo já acabou.

(O deputado continua falando fora do microfone.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente Samuel Junior, Srs. Deputados presentes a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Meu decano, permita-me, de forma muito respeitosa, interromper V. Ex.^a, só para pedir ao deputado Diego para retirar o *banner* de manifestação dele para que também não o associe a V. Ex.^a. A não ser que V. Ex.^a também concorde, mas como o discurso é individual... Por isso que pedi, só resguardando-o. É um carinho, é um cuidado que o neto tem com o avô.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Demonstra com a sua participação agora, neste momento, mandando retirar esse *banner*, a sua organização, a sua eficiência no comando, na presidência das sessões da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, primeiro, quero manifestar a minha preocupação com essa problemática que se arrasta aqui há meses, que é o Projeto nº 25.491/2024. Porque esse projeto está aqui há muito tempo – a gente vê constantemente a presença dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia com aquele apelo veemente para que a Assembleia Legislativa examine o projeto da categoria dos servidores públicos que foi mandado pelo Tribunal de Justiça – e não

há uma explicação plausível nem para os servidores públicos e nem para os deputados.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Aqui é uma Casa múltipla, a Assembleia é uma Casa múltipla, e evidentemente que é necessário se dar uma explicação aos 63 Srs. Deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia sobre por que ainda não foi colocado em pauta esse projeto importantíssimo para a categoria dos servidores públicos, o Projeto nº 25.491/2024.

Então, eu pediria a V. Ex.^a, um deputado atuante, um deputado de ação, primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, tem influência nas decisões da Mesa Diretora, que seja tomada uma posição. Não é bom, não é justo, fere a imagem do Poder Legislativo.

Eu, na condição de deputado, sinto-me realmente prejudicado, porque um projeto chega aqui em julho de 2024 e até o presente momento não há uma manifestação da Mesa Diretora, da qual V. Ex.^a faz parte, no sentido de dizer porque não botou em pauta ainda o projeto, qual o motivo por que não colocou o projeto. Se o Tribunal de Justiça não está querendo que o projeto ande, que mande um ofício pedindo a retirada do projeto. Agora, não é certo, não é correto deixar nessa expectativa os servidores públicos do Tribunal de Justiça, que sempre deixam suas atividades lá e vêm para cá, entram em greve, para ver, realmente, a tramitação desse projeto! E, infelizmente, o Poder Legislativo não bota em pauta o projeto para ser discutido pelos 63 deputados.

Nós temos a capacidade, Sr. Presidente, Samuel Junior, esta Casa tem a capacidade de analisar o projeto, de fazer emendas, se for necessário, de discutir o projeto com a categoria, evidentemente. Mas o que não pode é ficar travado um projeto que foi mandado por outro poder, o Poder Judiciário. A Casa simplesmente trava e não bota o projeto para ser discutido nem nas comissões, nem em Plenário. E isso não está correto, Sr. Presidente.

Eu quero deixar registrada a minha manifestação clara a respeito do tema: não estou, realmente, apoiando essa postura que o Poder Legislativo do estado da Bahia está tendo com os servidores públicos do Tribunal de Justiça da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E, também, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Ex.^a que é preciso tomar uma providência no sentido do funcionamento das comissões desta Casa de Leis. A nossa presidenta tem feito esforços para ajudar a que os projetos dos deputados cheguem ao Plenário para serem votados. Mas, infelizmente, os caminhos para chegar ao Plenário são dois: um, é a dispensa de formalidades pelos líderes da Maioria e da Minoria – e isso vai depender do aspecto subjetivo de cada líder. Porque não é fácil se conseguir a assinatura dos líderes para que o projeto possa tramitar e chegar, verdadeiramente, aqui, ao Plenário desta Casa.

E o outro é passar pelas comissões que foram designadas pela presidente da Casa. Só que há comissões que não funcionam. Aqui, eu faço parte de duas comissões e eu não consigo ter a condição de ver minha atuação nessas comissões

porque as reuniões não se realizam, enquanto há, justiça se faça, comissões aqui que trabalham, que dão conta do seu recado, não só no que se refere à tramitação dos projetos que chegam a essas comissões, como discutem temas importantes para a sociedade baiana, a exemplo da Comissão de Infraestrutura, cujo presidente é Eduardo Salles, uma figura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que se tem esforçado no sentido de trazer discussões importantes para a sociedade baiana. A Comissão de Saúde, da qual eu...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, meu...

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Vou concluir, excelência. Não vou lhe dar muito trabalho, não. Só um pouquinho de paciência para com este deputado, que é um homem... é um decano desta Casa, e tem que se olhar dentro deste encaminhamento.

Então, não sou da Comissão de Saúde, mas participei de uma reunião importante ontem, terça-feira. Foi uma reunião, uma audiência pública para discutir o problema do Planserv, que é o plano de saúde do servidor público – importantíssimo para cuidar da saúde. Porque saúde é vida, acima de tudo!

É preciso rever essa situação do Planserv para que os funcionários tenham condições de ter acesso digno e decente no que diz respeito ao atendimento de saúde pública, mantido pelo poder público.

Obrigado, Excelência!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., meu decano, meu avô.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como não há mais orador inscrito... V. Ex.^a quer uma questão de ordem, deputado Hilton?

Qual é a questão de ordem de V. Ex.^a?

O Sr. Hilton Coelho: V. Ex.^a, Sr. Presidente, fez algumas referências aqui, e eu me sinto na obrigação de me posicionar, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Hilton...

O Sr. Hilton Coelho: Muito rapidamente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não...

O Sr. Hilton Coelho: Eu lhe ouvi pacientemente, Sr. Presidente. Peço que V. Ex.^a faça o mesmo.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Eu tenho todos os ouvidos. Qual é o artigo que V. Ex.^a cita para a questão de ordem?

O Sr. Hilton Coelho: Para as suas observações...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não.

O Sr. Hilton Coelho: (...) em relação ao meu mandato. V. Ex.^a não podia...

(O Sr. Presidente desliga o microfone do deputado.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Hilton, o art. 226 diz o seguinte: a questão de ordem, iniciada necessariamente sobre fatos ocorridos no curso da sessão, deve ser formulada com menção expressa do dispositivo, do artigo, sob pena de não conhecimento. Pronto.

Se V. Ex.^a não sabe o artigo da questão de ordem, eu, na condição de presidente, não posso lhe dar a questão de ordem.

Encerro a sessão, pois não há orador inscrito.

Deus abençoe a todos.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, nós não temos nenhuma tradição nesta...

(O Sr. Presidente desliga o microfone do deputado.)

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Hassan (justificada), Laerte do Vando, Marcelino Galo (licenciado) e Paulo Câmara. (04) O Deputado Hassan teve a falta justificada (Atestado médico). O Deputado Marcelino Galo encontra-se licenciado.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.